

ALUNO CIDADÃO DA EJA: FORTALECENDO A PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Nadjane Guimarães Carneiro de Oliveira¹

RESUMO: As lutas sociais retomam a necessidade de uma educação voltada para uma consciência cidadã mais fervorosa, em que busque enaltecer os ânimos dos que, por uma consequência ou outra, tiveram seu percurso escolar interrompido. Assim, o presente trabalho traz uma reflexão acerca das condições básicas para a formação cidadã dos estudantes da EJA e de que forma o exercício da cidadania contribui para a participação crítica e consciente para que mudanças, a partir de sua intervenção enquanto ser político, ocorram no meio em que esses sujeitos estão inseridos. Nessa perspectiva, se enfatiza a maneira como a educação, direito plural, pode revelar um tempo social, humano, cultural e identitário, para que esses sujeitos, não tendo seus direitos adquiridos em sua plenitude, no que se refere às lacunas do percurso escolar, possam ser vistos como seres que podem ir muito além de suas carências. Trazem a este trabalho algumas inquietudes que vão nortear a análise de como a aquisição da identidade social pode se tornar mais sólida. Quais metodologias o processo educacional vigente adota? Como os professores tem desempenhado sua função enquanto profissional da EJA? O que compete ao poder público para que seja enxergado o protagonismo positivo desses sujeitos? Quais atribuições os indivíduos tomam como valor ao seu desenvolvimento pessoal e como procuram se (re)encontrarem ao se perceberem agentes críticos, sujeitos autônomos e de direitos ao voltarem aos bancos escolares?
PALAVRAS-CHAVE: EJA. Educação. Cidadania. Autonomia. Direito.

ABSTRACT: The social struggles retake the need for an education aimed at a more fervent citizen awareness, in which it seeks to exalt the spirits of those who, for one consequence or another, had their school career interrupted. Thus, this work brings a reflection on the basic conditions for the citizenship education of EJA students and how the exercise of citizenship contributes to the critical and conscious participation so that changes, from their intervention as a political being, occur in the environment in which these subjects are inserted. From this perspective, it emphasizes the way in which education, a plural right, can reveal a social, human, cultural and identity time, so that these subjects, not having their rights fully acquired, with regard to the gaps in the school path, can be seen as beings who can go far beyond their needs. They bring to this work some concerns that will guide the analysis of how the acquisition of social identity can become more solid. What methodologies does the current educational process adopt? How have teachers performed their role as EJA professionals? What is the responsibility of the public power to see the positive protagonism of these subjects? What attributions do individuals take as a value to their personal development and how do they try to (re)find themselves when they perceive themselves as critical agents, autonomous subjects and subjects of rights when they return to the school benches?

KEYWORDS: EJA. Education. Citizenship. Autonomy. Right.

¹ Mestranda em Ciências da Educação; Pós graduada em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Literatura pela Facinter. n_ade_g@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos, doravante EJA, é um campo recheado de contradições e desafios educativos. Entre avanços e recuos assumiu em sua longa história o caráter de prioridade no campo das políticas públicas. É uma modalidade da Educação Básica que, tardiamente, vem assegurar o desenvolvimento do ensino básico àqueles que precisam estar no campo de trabalho, assegurar uma renda mínima à sobrevivência ao mesmo tempo que desejam reavivar e dinamizar o tempo considerado obsoleto enquanto seres estudantes e de direitos.

Nessa perspectiva, a educação da EJA como campo político de formação e investigação deve estar, antes de tudo, comprometida com a inserção política e intelectual dos sujeitos sociais e políticos nela matriculados para que assim, possam perceber a cidadania como o pilar do diálogo com as futuras e inúmeras conquistas. E, mais ainda, como referência de autonomia individual, sem alienação, cada vez mais independente dos poderes autoritários que tanto negligenciam direitos dos cidadãos das classes menos favorecidas.

2. PERCURSO ESCOLAR VERSUS CIDADANIA

A cidadania contribui, de forma relevante, para a formação consciente do ser humano como participante ativo da sociedade. É na participação nos meios sociais que o cidadão ganha forma de luta e desenvolvimento do senso crítico. Para que de fato se exerça a cidadania é preciso que o indivíduo reconheça seus direitos e deveres dentro da sociedade em que está inserida. Em todo processo histórico da formação da sociedade, os indivíduos percorreram por caminhos diferentes na organização de regras para melhor convivência com o outro.

Independente da forma de organização, cada ser participa de diferentes maneiras e gozam de direitos e deveres em relação à coletividade. Assim, a cidadania é um conceito histórico, pois sua concepção varia de acordo contextos históricos e geográficos: “a moderna concepção de cidadania considera como cidadão aquele membro de um estado-nação” (CAMPOS, 2012). E como membro de uma sociedade todos têm regras e deveres a cumprirem, assim como necessita de bens e direitos para viver com dignidade. Em

sumo, ser cidadão é ter direitos civis, políticos e sociais, mas é também participar de todo processo e formação da sociedade.

Garantir os direitos básicos à sociedade é dever do Estado. Lei que deveria ser cumprida, já que é atribuído a todo cidadão o pagamento de impostos e dessa forma contribui para o crescimento econômico do país. Por que então direitos lhes são extirpados? A todos esses fatos de direitos à cidadania, requer também a tomada dos direitos constitucionais garantidos e sancionados na Constituição de 1988, em especial aos direitos sociais e o de maior relevância que é o direito à educação. E na história da cidadania a educação foi um dos meios que primeiro foi reconhecido.

Apesar de terem sido lentos a progressão da amostragem da cidadania na escola, “os Estados se empenharam em criar um sistema nacional de educação para assegurar a formação dos indivíduos” (CAMPOS, 2012). José Murilo de Carvalho também afirma que para a cidadania “o progresso mais importante que se deu foi na área do ensino fundamental” (CARVALHO, 2012), apesar de ter sido em número muito baixo tanto na matrícula como na conclusão do curso.

A escola é um dos lugares que melhor se manifesta e se faz acontecer a cidadania, já que é nesse espaço que o indivíduo reflete seu ser e estar no mundo de forma participativa com outros seres que estão à sua volta. Assim concebe-se a educação como promotora do desenvolvimento das potencialidades e seus espectros de formação que estão intimamente ligados ao ato de viver, de agir e existir. A educação e a cidadania são, pois, direitos fundamentais inerentes à condição humana.

Uma característica da cidadania é ser dinâmica, pois incorpora transformações que afetam diretamente o modo de viver da sociedade. Esse processo evidencia e revalida as necessidades que a sociedade precisa reconhecer, cumprir e levar à luta em busca dos direitos de todos. Esse reconhecimento contempla as parcelas da sociedade mais vulneráveis, como os mais jovens, que merecem proteção e assistência significativa, em especial, por parte da escola e de todas as dimensões governamentais. Um desses cumprimentos é intensificar a inserção social dos brasileiros evadidos do processo de escolarização regular.

O valor dado à educação é extensamente reconhecido em todos os âmbitos do meio social, pelo fato de desenvolver habilidades pessoais e construção do conhecimento que eleva o cidadão a benefícios coletivos e cívicos. Assim o direito à educação é reconhecido tanto pelo Estado como por partes de entidades que prezam pelo desenvolvimento das nações. Vera Capucho ressalva o valor da cidadania dentro da educação:

O direito à educação é conquista histórica, constituindo fundamento para o exercício da cidadania, uma vez que essa foi tomada como condição necessária para laicizar o saber, a moral e a política, separando nitidamente fé e razão, natureza e religião, política e igreja. (CAPUCHO, 2012, pág.21)

Nessa visão, como de fato acontece o acesso à cidadania de educadores e educandos, sujeitos da EJA? É preciso pensar a educação dessa modalidade de maneira responsiva, levando-os e levando-se para a participação social, política e econômica. Pressupostos esses firmados pela LDB 1996. A concepção de cidadania, voltada, muitas vezes, apenas para uma pequena camada da população, proporcionou o despreparo das camadas populares para a convivência social. Por isso a necessidade de ser aprendida. E a escola é um bom lugar para que essa aprendizagem se estabeleça, especialmente no âmbito da Educação de Jovens e Adultos.

2.1 IMPACTO DA EDUCAÇÃO COMO ESPELHO PARA A CIDADANIA

Pensar a Educação de Jovens e Adultos nos aguça uma pergunta que não pode e não deve calar “Até que ponto a educação pode contribuir para que os jovens, adultos e idosos se (re) encontrem e se percebam como agentes críticos, sujeitos autônomos e de direitos?”. A participação social, a busca para valer seus direitos foi, por muito tempo, negados aos jovens de baixa renda e, mais crucial ainda, aos jovens em defasagem idade-série. A Educação de Jovens e Adultos, foi ideologicamente criada, como uma situação reparadora para que se pudesse amenizar esse grave problema social e a grande falta de perspectiva do jovem brasileiro no que diz respeito à entrada no mercado de trabalho, à qualificação profissional, ao letramento em sua essência. Nesse interim, é urgente pensar

a educação como uma abertura de efetiva participação nas estruturas político-econômico-social. A EJA, segundo as diretrizes e bases educacionais, possui três funções: reparadora, equalizadora e qualificadora. Então, é preciso reavivar nesses sujeitos a ideia de pertencimento e a perspectiva de que, escolarizados, conseguirão exercer, positivamente, a cidadania e o seu instinto de mudança social.

O jovem e adulto com essa característica vive a marca da intolerância social, do desrespeito, do não ser. Ser jovem. Ser adulto. Ser agente para que a justiça social prevaleça para todos. Precisa haver um propósito para que esse SER se auto afirme, se autoconstrua e se autoressignifique. Devemos entender, entretanto, não ser essa uma postura fácil, uma atitude maleável. Há em nossa sociedade aqueles que oprimem, veem-se como detentores dos direitos sociais, políticos e econômicos. É o prazer de opressão escancarado. É a sociedade opressora relatada por Freire que transforma os oprimidos em seres inanimados, desprovidos do ter. E nesse *não ter* fere-se o SER, sentem-se condicionados aos desmandos sociais. Muitas vezes renegados às migalhas. Sentem-se satisfeitos, os oprimidos, infelizmente, ao recebê-las. É preciso então que a educação contribua para que uma nova visão de vida se estabeleça. Criando nesses jovens e adultos o prazer de existirem, de afirmar-se na sociedade como seres pensantes, criativos, dinâmicos e com vontade de ver a política se estabelecendo a todos, sem restrições.

Em face de tudo isto é que se coloca a nós mais um problema de importância inegável a ser observado no corpo destas considerações que é o da adesão e consequente passagem que fazem representantes do polo opressor ao polo dos oprimidos. De sua adesão à luta destes por libertar-se. (FREIRE, 2014,p.65).

Paulo Freire, exímio defensor da educação libertadora, nos conscientiza de que a educação deve desvencilhar-se das amarras e dos moldes tradicionais. A educação deve ser um espaço privilegiado para que esses sujeitos de direitos se construam. É na educação que se fundamenta o exercício da cidadania em sua plena essência. Assim, jovens e adultos precisam ser reconhecidos como sujeitos de direitos. As desigualdades a que foram submetidos é uma dívida, precisa ser sanada. Políticas públicas devem ser pensadas, postas em práticas emergenciais para eliminar desigualdades históricas acumuladas nesses anos todos. O estado brasileiro camufla demais esses erros históricos. Tentam estabelecer mudanças, mas essas mudanças são, muitas vezes, mascaradas. Esbarram-se em erros estatísticos, má remuneração dos professores, formação

profissional não adequada à modalidade da Educação de Jovens e Adultos, políticas públicas administradas em benefício de poucos, a corrupção com as verbas destinadas à educação, por exemplo. A educação para jovens e adultos foi, por muito tempo um direito negado a esses sujeitos que não tiveram acesso à escola em sua idade apropriada. Dividiu o país ainda mais, a desigualdade se estabeleceu mais fortemente.

A Educação de Jovens e Adultos, vista internacionalmente como marco para que tais desigualdades fossem extirpadas deve refletir a melhor qualidade de vida, empregabilidade, democracia econômica e social, entre outros. Contudo, os avanços ainda não se concretizaram como se esperava. Faltam-nos políticas menos fragilizadas de acesso à escola, conscientização do aluno de que é preciso permanecer estudando para que seu nível de escolaridade cresça e lhe seja proporcionado qualificação profissional, professores conscientes de seu papel como profissional professor, mesmo diante das adversidades, priorizando situações pedagógicas que possam suprir as reais necessidades de aprendizagem desses jovens e adultos. Uma vez que o momento atual sugere que pessoas, ao ingressarem no mercado de trabalho ou querendo aperfeiçoar o profissional que já são, devem ser dinâmicos, potencializem suas habilidades, aprendizagens e conhecimentos. Uma preocupação pedagógica mais efetiva é um fator essencial na mudança educacional, como requerem as transformações globais.

Não podemos deixar de citar a forte influência que um profissional bem preparado, dinâmico, valorizado e influenciado reflete nessa mudança educacional. Não basta apenas o aluno interessar-se. A troca de saberes e vontades de aprender devem ser mútuas. Como afirma Paulo Freire, não há docência sem discência, um não é objeto do outro. O professor precisa permitir que o lado afetivo e acolhedor seja pautado em sua prática pedagógica. O aluno precisa estar disposto a trocar conhecimentos e enxergar no profissional professor um aliado para que sua aprendizagem se estabeleça. Permitindo-se assim o direito a uma educação de qualidade e que possa ser também reflexiva. Ao professor cabe a tarefa de mediar as aprendizagens. Tornar o estudante um sujeito de aprendizagem para que não sejam meros receptores e sim coautores da proposta pedagógica a que se deve destinar a Educação de Jovens e Adultos. Essa mediação com o outro pode e deve ser uma constante na esfera educacional. Assim a educação se revelará como um leque de oportunidades.

2.2 JOVENS E ADULTOS: SERES AGENTES, SUJEITOS AUTÔNOMOS E DE DIREITOS

Paulo Freire em Pedagogia dos oprimidos nos faz refletir que o homem não pode se calar diante dos acontecimentos da sociedade. Os homens não se fazem no silêncio, mas nas palavras, no trabalho, na ação-reflexão. Nessa perspectiva, o jovem precisa estar atento sabendo combinar reflexão, debate social, atitudes e, principalmente, participação social. Já o educador deve aguçar nesses jovens e adultos o interesse pela participação social. Mais ainda, precisa levar em consideração os conhecimentos, crenças, valores, preconceitos e bloqueios culturais acumulados ao longo da trajetória desses alunos sujeitos. E, acerca disso, orientá-los a enfrentar as intolerâncias políticas, o desrespeito público, levando-os a serem mais ativos diante dos fatos decorrentes dessas adversidades. Promover, assim, uma prática pedagógica compromissada com a formação de atores que possam dialogar com essa realidade de maneira mais profunda, dialógica, coletiva em prol ao respeito, à dignidade humana e à justiça social.

Não é, porém, a esperança um cruzar de braços e esperar. Movo-me na esperança enquanto luto e, se luto com esperança, espero. Se o diálogo é o encontro dos homens para Ser Mais, não pode fazer-se na desesperança. Se os sujeitos do diálogo nada esperam do seu quefazer já, não pode haver diálogo. O seu encontro é vazio e estéril. É burocrático e fastidioso. Finalmente, não há o diálogo verdadeiro se não há nos seus sujeitos um pensar verdadeiro. Pensar crítico. Pensar que, não aceitando a dicotomia mundo-homens, reconhece entre eles uma inquebrantável solidariedade. (FREIRE, 2014, p.114)

É preciso, entretanto, entender que, quem chega à EJA é um sujeito e não simplesmente um aluno. Vindos de uma sociedade individualista, capitalista, em que valores se contradizem, torna-se necessário rejuvenescer a EJA. Para tanto, deve-se atribuir a essa modalidade novos significados e sentidos para que o jovem e adulto ali presentes reelaborem seu papel social enquanto seres em processo de aperfeiçoamento, social e cognitivo.

As lutas sociais colocam em discussão a necessidade de uma educação que volte sua qualidade pedagógica para o social. Dessa forma, a educação será capaz de acolher

todo indivíduo, com suas diferenças, suas diversidades, cultural e de gênero. Promovendo, efetivamente, uma ruptura com os mecanismos geradores de desigualdade.

Nessa perspectiva, é preciso instigar nossos jovens para a política, para a participação social voltada para o bem comum. Sem atitudes partidaristas. É dever do homem, preocupar-se com o homem. O homem no sentido do humano mesmo. Dessa forma, ganhamos todos. O jovem, adulto e idoso alunos da EJA já vêm, de certa forma, preparados politicamente devido à suas vivências e experiências. Entretanto, é na sala de aula que essa participação pode ser aperfeiçoada. Os braços podem ser descruzados. É ali que se podem trocar ideias, valores e buscar condições para que os nossos direitos sejam de fato respeitados. Tanto na esfera político partidária como pelo cidadãos civis comuns.

Para a educação problematizadora, enquanto um quefazer humanista e libertador, o importante está, em que os homens submetidos à dominação, lutem por sua emancipação. Por isto é que esta educação, em que educadores e educandos se fazem sujeitos do seu processo, superando o intelectualismo alienante, superando o autoritarismo do educador “bancário”, supera também a falsa consciência do mundo.(FREIRE, 2014, p.105).

Importante também é que os profissionais da educação, inseridos na EJA ou em qualquer outra modalidade de ensino, não levem para as salas de aula sua dominação e alienação políticas. É preciso “ir limpo” para a sala de aula. Sem extremismos partidaristas, sem convicções de que se deva defender ou condenar apenas um dos lados da administração pública. Assim, o diálogo para que mudanças de consciência política possam de fato existir fluirá mais verdadeiro, mais sincero. Isso importa, e muito. Educação sem mudança de pensamento não é educação em sua essência.

2.3 A ESCOLA COMO ESPAÇO DE ENCONTRO E PRODUÇÃO DE RELAÇÕES SOCIAIS

A educação é direito e também o meio de acesso à cidadania. É na escola onde existe uma forte possibilidade para que o aluno participe mais ativamente de questões sociais, políticas e econômicas. Como assinala a LDB de 1996. A escola é o lugar especial para haver o diálogo, indagações e reflexões críticas sobre direitos e suas violações. A prática pedagógica valorizada e bem arquitetada, consegue ir além dos

muros da escola, na participação social, nos movimentos históricos. Dessa forma, a mudança de atitude refletirá na mudança da realidade circundante. O educador deve, pois, adotar posturas que levem à colaboração, união, organização, síntese cultural e reconstrução do conhecimento. A escola deve falar sobre tudo. Ser liberta e libertadora. Permitir que o humano possa modificar. Modificar atitudes. Transformar pessoas.

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é *pronunciar* o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo *pronunciar*. Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão. (FREIRE, 2014,p.108).

Assim sendo, a garantia ao acesso, permanência e continuidade nas cadeiras escolares devem ser entendidas como a busca pelos direitos humanos. A escola é uma porta aberta, tanto para se garantir direitos, como uma exigência da sociedade em que suas práticas sociais são medidas pela escrita. Com ela é possível desenvolver uma aprendizagem intelectual significativa. Além disso, a esses sujeitos, jovens, adultos e idosos, foram negados o acesso ao conhecimento historicamente produzido e sistematizado. Ao processo educativo, cabe, portanto, promover a consciência cidadã.

Dessa consciência, prepararemos o jovem, adulto e o idoso da EJA a reformularem os ideais e conceitos políticos e governamentais. É importante trazer esse público para contribuir com as discussões e as políticas públicas com a visão desses sujeitos de direitos, que serão também os protagonistas do cenário político no futuro.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de extrema relevância que o indivíduo tome consciência de sua participação na sociedade. Em termos históricos, essa participação se deve ao entrosamento de toda dimensão social. A educação é um dos campos do direito do cidadão que visa promoção do desenvolvimento das potencialidades e seus espectros de formação que estão ligados ao ato de viver, de agir e existir. A educação e a cidadania são, pois, direitos fundamentais inerentes à condição humana.

A essa reflexão se obtém o âmbito de promover atitudes que estejam direcionadas e conduzidas às práticas da sociedade, voltadas à promoção humana de cada cidadão, incluso no meio educacional e que incida ao meio em que vive. Preparar o jovem para o mundo do trabalho é uma primeira visão dada ao curso da EJA, mas não é o passo decisivo para a formação desses jovens. O trabalho recupera sim as necessidades vitais para a sobrevivência humana, no entanto, a educação tem o poder de transformar a situação de dominação e alienação concebida pela sociedade capitalista em que vivemos.

É essa mudança de atitude que se deve tentar alcançar em todo processo de formação do jovens, adultos e idosos. Pensar que cada um traz consigo suas vivências, expectativas e experiências é fundamental na mudança de atitude e de consciência mútua. Pensar o sujeito humano, sem pensá-lo como ser político, fere a substância do cidadão. Cidadão no sentido próprio da palavra. Aquele indivíduo que, como membro de um Estado, usufrui de direitos civis e políticos por este garantidos e desempenha os deveres que, nesta condição, lhe são atribuídos. A sala de aula é e deve ser um aliado nessa questão. Ali se muda consciência. Ganham-se novos pensamentos. É possível aprender a lidar com as adversidades sociais, políticas e econômicas tão fortemente impregnadas de erros.

Não é só o aluno que apreende essa mudança. Quando há um diálogo saudável e descomprometido com partidarismos, ganha a escola, ganha o professor profissional que aperfeiçoa sua prática pedagógica e política, ganha a sociedade que sofre dos desmandos políticos e opressores. buscando reavivar e dinamizar o tempo considerado obsoleto. Verifica-se então que o potencial desse ensino deve ser atribuído ao desejo que cada um traz consigo, do estar no mundo, se fazer consciente e participar efetivamente em causas sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPOS, Guimarães Helena. **A história e a formação para a cidadania nos anos iniciais do Ensino Fundamental**. 1.ed. livraria Saraiva: São Paulo, 2012.

CAPUCHO, Vera. **Educação de Jovens e adultos: prática pedagógica e fortalecimento da cidadania**. Coleção educação em direitos humanos; v.3. São Paulo: Cortez, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 15.ed. Civilização Brasileira, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 56. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

LOCH, Jussara Margareth de Paula. et al. **EJA: planejamento, metodologias e avaliação**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

SOARES, Leôncio. et al. **Diálogos na educação de jovens e adultos**. 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.